



SÉRGIO RENATO TEJADA GARCIA

Rua Otávio Francisco Caruso da Rocha, 300

Edifício Desembargador Federal Eli Goraieb

90010-95 – Porto Alegre-RS

Telefone: (51) 3213-3548

Correio Eletrônico: tejada@jfrs.gov.br/tejada.garcia@gmail.com

CURRÍCULO RESUMIDO

SÉRGIO RENATO TEJADA GARCIA é juiz federal na 4ª Região desde 1994, lotado na 2ª Vara Federal de Rio Grande, onde foi Diretor do Foro por diversas ocasiões. Antes disso integrou os quadros do Banco do Brasil, onde trabalhou de 1976 a 1994. É formado em Direito pela Universidade Federal de Pelotas, pós-graduado *lato sensu* pela Universidade de Brasília. Fez cursos de aperfeiçoamento no Brasil e no exterior.

É professor do Programa de MBA em Poder Judiciário da Fundação Getúlio Vargas – FGV-Rio, ministrando as disciplinas “Informatização do Poder Judiciário” e “Impactos das Inovações Tecnológicas no Poder Judiciário”; professor dos cursos de pós-graduação *lato sensu* em Direito Previdenciário e Direito Tributário da Universidade do Oeste de Santa Catarina – UNOESC e professor convidado da Escola da Magistratura do Tribunal Regional Federal da 4ª Região e de escolas de magistratura de outros tribunais federais, estaduais e tribunais superiores.

Foi secretário-geral do Conselho Nacional de Justiça no período 2006/2008, quando Presidente a Ministra Ellen Gracie Northfleet, onde implantou o sistema de processo administrativo eletrônico do CNJ, em uso até os dias de hoje; integrou por diversas vezes o Tribunal Regional Federal da 4ª Região, na qualidade de juiz convocado. No âmbito do Conselho da Justiça Federal, presidiu a Comissão de Estudos que instituiu a Autoridade Certificadora da Justiça e presidiu o Comitê Técnico da AC-JUS; foi presidente da Comissão de Estudos para Padronizar a Plataforma Tecnológica da Justiça Federal e coordenou o grupo de trabalho que elaborou substitutivo ao Projeto de Lei da Informatização do Processo, que se transformou na Lei nº 11.419/2006. Dirigiu a criação do software e implantação do Sistema de Processo Eletrônico (e-Proc) nos Juizados Especiais Federais dos Estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina, o que rendeu ao TRF-4ª Região o prêmio Excelência em Informática Pública concedido pelo CONIP no ano de 2003.

Também dirigiu a criação e implantação do processo eletrônico (e-Proc V2) na Justiça Federal Comum e no Tribunal Regional Federal da 4ª Região, trabalho que foi objeto de menção honrosa do VII PRÊMIO INNOVARE (edição 2010) com a prática “Eproc – Processo Judicial Eletrônico – Justiça Federal da 4ª Região”, de menção honrosa do IX PRÊMIO INNOVARE (edição 2012) com a prática “Inquérito Policial Eletrônico” e premiado pelo “The Justice Studies Center of the Americas” (JSCA), órgão criado pela Organização dos Estados Americanos – OEA, pelo Centro de Justicia de Las Américas (CEJA), do Chile, e pelo Conselho Nacional de Justiça do Brasil, com o trabalho: Processo Criminal Eletrônico na Justiça Brasileira (novembro/2010). Em conjunto, os dois sistemas de processo eletrônico da 4ª Região da Justiça Federal já receberam a distribuição de aproximadamente 4 milhões de processos integralmente eletrônicos. Coordenou a implantação do Recurso Extraordinário Eletrônico (e-STF) junto ao Supremo Tribunal Federal. Liderou os trabalhos de aperfeiçoamento do software e a implantação do Sistema PROJUDI de processo eletrônico, desenvolvido junto ao Conselho Nacional de Justiça, em 22 Tribunais de Justiça Brasileiros. Dirigiu a equipe técnica que implantou o processo eletrônico na Suprema Corte do Panamá. Proferiu diversas palestras no Brasil e no exterior, tem diversos artigos publicados em revistas e é co-autor da obra Importação e Exportação no Direito Brasileiro, coordenada pelo Dr. Vladimir Passos de Freitas.

Atualmente está convocado como juiz auxiliar da Presidência do TRF-4ª, preside comissão de estudos para implantação do processo eletrônico da Justiça Comum Federal da 4ª Região e preside o Comitê de Informática da Justiça Federal da 4ª Região. Junto ao Conselho da Justiça Federal, em Brasília, presidente a Comissão para Implantação do Sistema Informatizado de Assistência Judiciária Gratuita (AJG).